

Direito Administrativo

XX CONCURSO – 15.05.94

1ª Questão:

O que se entende por poder de autotutela da Administração Pública e como a mesma é exercida? Exemplifique.

2ª Questão:

Civilmente, responde o Estado por ato legislativo ou judiciário lesivo ao cidadão? Sim ou não, por quê?

Resposta com objetiva fundamentação.

XXI CONCURSO – 21.08.94

1ª Questão:

Conceitue o candidato o que entende por desafetação formal e tácita, exemplificando ambas as modalidades.

2ª Questão:

O que entende o candidato pelo instituto da “ocupação temporária” de bens privados pelo Poder Público, assinalando qual seu objeto e objetivo, e indicando, se houver, legislação aplicável.

XXII CONCURSO – 06.11.94

1ª Questão:

Sendo certo que inexistente critério próprio para a interpretação do Direito Administrativo, responda:

I – qual o ramo do direito fornecedor dos métodos interpretativos a ele aplicáveis?

II – esses métodos são aplicáveis para efeito de interpretação extensiva? – Esclareça.

III – na aplicação desses métodos interpretativos emprestados, três pressupostos ou três princípios básicos devem estar sempre presentes na memória do intérprete ou aplicador do Direito Administrativo. Quais são eles?

2ª Questão:

Em que consiste o “fato do príncipe” e que efeitos produz na vida dos contratos administrativos?

XXIII CONCURSO – 30.04.95

1ª Questão:

Como se define e classifica o ALVARÁ? Qual a característica básica do Alvará de Licença e em que hipóteses pode a Administração Pública reverter a sua expedição?

2ª Questão:

Em que se relacionam e distinguem o seqüestro e o perdimento de bens? Afastada a hipótese de cabimento de tais medidas como efeitos da condenação criminal ou como

decorrências de sentença criminal condenatória, é possível a sua decretação através de ação autônoma? (esclareça sumariamente o assunto)

XXIV CONCURSO – 17.12.95

1ª Questão:

O Município “X” ocupou, em dezembro de 1989, determinado terreno no perímetro urbano, aparentemente abandonado, sobre o mesmo edificando uma escola pública, inaugurando-a festivamente no dia 20 de março de 1990. O proprietário “A”, domiciliado em outro distante Município, tomando conhecimento do fato pela imprensa, exibindo título de domínio, porém em débito com o imposto territorial há mais de dez anos, ajuizou ação de indenização aos 20 de abril de 1995, com a citação efetivada em 30 de abril do mesmo ano. Contestando o pedido, o Município demandado argüiu a prescrição da ação com fundamento no art. 1º, do Decreto nº 20.910, de 6.1.32. Objetivamente, posicione-se o candidato sobre a hipótese.

2ª Questão:

Estabeleça o candidato a diferença entre “excesso” e “desvio de poder”, dando um exemplo de cada espécie.

XXV CONCURSO – 09.06.96

1ª Questão:

Em que consiste, no âmbito do Direito Administrativo, a “teoria dos motivos determinantes”?

2ª Questão:

Indaga-se ao candidato: considerando-se a disposição linear do art. 35, do D.L. nº 3.365, de 21.6.41, subsiste vigente o instituto da “retrocessão”? Qual a disposição legal em que se assenta e as hipóteses da sua configuração?

XXVI CONCURSO – 22.09.96

1ª Questão:

É o Estado responsável por danos causados por atos jurisdicionais? O que a respeito dispõe a legislação brasileira?

2ª Questão:

Em que consiste o “poder hierárquico” da Administração Pública?

XXVII CONCURSO – 23.02.97

1ª Questão:

Qual o limite do controle, pelo Poder Judiciário, da revogação de atos administrativos? Fundamente.

2ª Questão:

Natureza jurídica do Poder de Polícia. Fundamente.

XXVIII CONCURSO – 24.08.97

1ª Questão:

Como se faz o controle da legalidade dos atos administrativos?

2ª Questão:

Que é declaração expropriatória e qual a tarefa do Poder Judiciário no processo de desapropriação?

XXIX CONCURSO – 15.02.98

1ª Questão:

Quais são os requisitos exigidos para o exercício da ação regressiva do Estado contra seu servidor que causou dano a terceiro? E o prazo prescricional da referida ação? Fundamente.

2ª Questão:

No caso de desapropriação de imóvel locado para fins comerciais, com contrato amparado pelo disposto no art. 51 e seguintes da Lei nº 8245/91, como fica a relação jurídica entre locador e locatário diante da propositura da ação expropriatória? Fundamente.

XXX CONCURSO – 02.08.98

1ª Questão:

Qual a diferença entre poder discricionário, vinculado e arbitrário? Exemplifique:

2ª Questão:

Qual a natureza jurídica e como se institui a servidão administrativa ou pública? Exemplifique.

XXXI CONCURSO – 30.05.99

1ª Questão:

Distinguir, a requisição, da ocupação temporária de imóvel e das servidões administrativas.

2ª Questão:

Liminar em mandado de segurança: Natureza jurídica. Pressupostos de concessão. Restrições. Recorribilidade. Revogação, caducidade e extinção.

XXXII CONCURSO – 28.11.99

1ª Questão:

Discorrer sobre o regime jurídico dos bens públicos, indicando os seus princípios informativos e explicando, sucintamente, em que consiste cada um deles.

2ª Questão:

A remuneração como direito dos agentes públicos: subsídio, vencimentos, vantagens pecuniárias e sua classificação; natureza jurídica; prescrição.

XXXIII CONCURSO – 06.08.00

1ª Questão:

Mediante conveniente sustentação jurídica, diga o que entende por auto-executoriedade do ato administrativo.

2ª Questão:

Contrato administrativo: a Administração pode celebrar contratos sob regime privado, sem que tais avenças se submetam ao Direito Administrativo? Entre as características do

contrato administrativo, fale sobre a bilateralidade dos seus efeitos, a comutatividade e a instabilidade.

XXXIV CONCURSO – 27.05.01

1ª Questão

O Governador do Estado do Rio de Janeiro editou decreto declarando a utilidade pública de imóvel para efeito de desapropriação. Decorrido o prazo sem outras providências, a declaração de utilidade pública perdeu a eficácia. O imóvel foi invadido, não se demonstrando nexos de causalidade entre a edição do decreto e a invasão. A seu ver, teria o proprietário direito à indenização?

2ª Questão

Caio, soldado da Polícia Militar, foi sumariamente excluído das fileiras por conveniência do serviço público. Ajuizou ação de anulação do ato administrativo combinado com reintegração e perdas e danos alegando cerceamento de defesa. Em sua contestação, o Estado sustenta que a perda do cargo se deu em razão de seu comportamento incompatível com o decoro da corporação, vez que foi acusado de envolvimento com marginais, em ação penal extinta pela prescrição; que, ante o apurado naquele processo, desnecessária a instrução em sede administrativa, mormente por se tratar de ato discricionário, sendo vedado ao Judiciário seu reexame. Procede a pretensão do autor?

XXXV CONCURSO – 17.02.02

1ª Questão

A Diretora da Escola Municipal X autorizou a empresa Y a colocar letreiro de propaganda no telhado do imóvel da referida escola, pois pretendia custear a reforma das salas de aula com o valor da remuneração. Revogado o ato pela Administração Superior, ajuizou o prejudicado pretensão cominatória. Para decidi-la, analise: (a) a natureza jurídica do instituto em discussão; (b) a necessidade de licitação para a escolha do beneficiário, e (c) a competência das autoridades envolvidas para a prática dos atos respectivos.

2ª Questão

Quais os efeitos da revogação de ato administrativo vinculado?

XXXVI CONCURSO – 01.9.02

1ª Questão

Em serviço público concedido, terceiro vem a sofrer lesão decorrente da execução da prestação. Pergunta-se: em face do art. 175 da CF/88 e da legislação de regência, quem responde civilmente pela reparação dos danos – a concessionária ou o concedente?

2ª Questão

Ao revogar ato administrativo, a autoridade competente desconstituiu todos os efeitos que gerara, na convicção de serem ilegais. O titular de um direito fulminado pela revogação submete o ato ao controle judicial, visando a obter a anulação da revogação porque esta somente porta efeitos *ex nunc*. O ente público, citado para a demanda, agüiu, em preliminar, a impossibilidade jurídica do pedido porque o ato ilegal não gera direito. Resolva a preliminar.

XXXVII Concurso – 27.04.03

1ª Questão

Candidato que freqüentou, amparado em liminar concedida em ação cautelar preparatória, o curso de formação que constituía etapa de concurso público para o provimento do cargo de detetive de polícia, quer, na ação principal, anular o ato de sua inabilitação na prova de conhecimentos, ao argumento de que concluíra o mencionado curso de formação com aproveitamento, o que demonstrava sua aptidão para o cargo e ensejava a aplicação da teoria do fato consumado, consagrada na jurisprudência em tais hipóteses. Decida, fundamentadamente.

2ª Questão

Os pais de X ajuizaram ação de responsabilização civil do Estado, postulando a reparação de danos materiais e morais decorrentes da morte do filho, ocorrida horas depois de haver sido removido em ambulância do corpo de Bombeiros, de uma rua nos arredores do Estádio do Maracanã, onde fora encontrado, desfalecido e com lesões cranianas aparentes, ao final de um espetáculo musical ali encenado. Os autores pretendem a reparação aos argumentos de que o filho: a) fora vítima de assaltantes à saída de Estádio, por isto que falharam os serviços de segurança pública; b) as lesões, que lhe causaram a morte, foram imputadas, pelo socorrista da ambulância, à queda provocada por dose excessiva de drogas, o que se comprovou ser falso, embora desinfluyente sobre o óbito. Decida, fundamentadamente.